

BOLETIM 447

Brasília, 11 de outubro de 2017



Magistrados dizem que reforma trabalhista não pode ser aplicada como foi aprovada

Aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, a reforma trabalhista ainda não foi discutida pelos tribunais, mas juízes, desembargadores e ministros da Justiça do Trabalho já dizem que as novas normas não poderão ser aplicadas integralmente.

Eles se reuniram em Brasília nesta segunda e terça (9 e 10) em evento da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (**Anamatra**). No encontro, ministros do Tribunal Superior do Trabalho, desembargadores, procuradores e auditores fiscais do Trabalho, entre outros, fizeram duras críticas às mudanças

nas leis que regem as relações entre patrões e empregados e avisaram: diversos pontos da reforma não se tornarão realidade, pois desrespeitam a Constituição Federal e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Para o ministro do TST Mauricio Godinho, por exemplo, caso a nova lei seja interpretada de maneira literal, a população não terá mais acesso à Justiça do Trabalho no Brasil, o que representaria clara ofensa ao princípio do amplo acesso ao Judiciário estabelecido pela Constituição.

“Faremos a interpretação do diploma jurídico em conformidade com a Constituição. Não houve constituinte no país e não houve processo revolucionário que tenha suplantado a Constituição Federal. A Constituição é a grande matriz que vai iluminar o processo interpretativo da Reforma Trabalhista”, avisou.

O Brasil, lembrou o magistrado, é um 10 países do mundo que mais subscrevem ou ratificam tratados internacionais - segundo ele, são mais de 80. E a jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal Federal, ressaltou Godinho, é no sentido de que os acordos com outras nações têm força supralegal e devem ser respeitados como qualquer outra norma jurídica vigente.

Ele listou alguns pontos da nova lei que considera prejudiciais aos trabalhadores. Equiparar a dispensa coletiva a demissões isoladas, disse, é um dos exageros. Na visão do ministro, não há como dizer que demitir uma pessoa é a mesma coisa do que dispensar 4 mil funcionários. "A Constituição e outras normas, como o Código de Processo Civil, tratam com cuidado e zelo à figura do abuso do direito", argumentou.

As novas regras que disciplinam os contratos com autônomos não poderão valer para todas as situações, afirmou. Deve-se examinar caso a caso: "Se os elementos de relação de emprego estiverem presentes, o indivíduo é empregado e ponto final".

O trecho do texto que trata do salário e sua composição também deverá ter uma interpretação restritiva, defendeu Godinho. "Como uma gratificação habitual vai deixar de compor o salário? Gratificação dada durante vários anos faz parte do salário por força de princípios da CF e do tratado da Organização Internacional do Trabalho", frisou.

Vincular o cálculo da indenização por danos morais ao salário é questionável, apontou. Com a terceirização da mão de obra em atividade fim, permitida pela Lei 13.429/2017, aprovada pouco antes da reforma, a tendência é que se acabem as categorias profissionais, pois todos serão terceirizados, sustentou. Os três métodos de interpretação das leis, o lógico racional, o sistemático e o teleológico, terão que ser aplicados na análise de processos após a reforma, disse.

O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e ministro do TST, Renato de Lacerda Paiva, evitou fazer críticas diretas à reforma, mas reconheceu que é um momento delicado para a advocacia trabalhista no Brasil. "O que ocorre no momento é uma mudança de paradigma conjuntural da sociedade. Mera conjuntura. E acho que temos que ter essa percepção, que já passamos por momentos piores e superamos. E vamos superar esse agora também, que vai passar", previu.

E o evento é oportuno para se discutir esse novo paradigma que, segundo ele, quem escolheu foi a sociedade. "Que esse debate seja feito em



Godinho, do TST, disse que a reforma prejudica o acesso à Justiça do Trabalho

alto nível, com equilíbrio e respeito. Com tranquilidade e sem paixão, para que nós consigamos alcançar resultados que tragam aquilo que sempre fizemos. Nosso papel na sociedade sempre foi o de promover a paz social e a segurança jurídica. Que o resultado desse evento possa ser nessa direção. Vamos dar um testemunho à sociedade do que nós somos", afirmou.

Aqueles que criticam os profissionais da área trabalhistas, disse, o fazem por desconhecimento. "Como corregedor, posso garantir que a Justiça do Trabalho é seríssima e se pautada pela excelência, com raríssimas exceções", salientou.

O presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, classificou a nova legislação como "altamente polêmica" e admitiu que faz parte da corrente que vê na lei inúmeras "inconstitucionalidades e inconveniências".

Vários pontos da reforma também se chocam com tratados internacionais, que integram o ordenamento jurídico com status de



supralegalidade, defendeu. A norma não é o texto, a norma é o que se extrai do texto, explicou.

Ele comemorou a alta adesão de profissionais da área ao evento, que teve mais de 600 inscritos, e disse que o encontro servirá para descortinar um horizonte hermenêutico em relação ao tema. “Negar ao Judiciário a sua independência institucional – e, ao juiz, a sua independência técnica –, em qualquer tema que seja (inclusive na reforma), é fazer claudicar o sistema constitucional de freios e contrapesos. É ferir de morte a Democracia. E é, no limite, negar um dos fundamentos da República”, disse.

Garantias individuais respeitadas - Ele criticou as afirmações de que os juízes do Trabalho vão "ignorar" a nova legislação ou que a própria subsistência da Justiça do Trabalho estaria condicionada ao cumprimento da Lei 13.467/17. Não há como saber de antemão como a lei será aplicada, avisou: "Na livre convicção motivada de cada juiz do Trabalho, a partir de 11 de novembro, reside a indelével garantia do cidadão. A garantia de que o seu litígio será concretamente apreciado por um juiz natural, imparcial e tecnicamente apto para, à luz das balizas constitucionais, convencionais e legais, dizer a vontade concreta da lei".

Para o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas Roberto Parahyba, “a reforma foi aprovada de uma forma açodada, com uma urgência irresponsável e desmesurada, em que pretende atacar os alicerces sob os quais encontram-se construídos todos os princípios do Direito do Trabalho e do direito social, que são espécie do gênero direitos fundamentais”.

Fonte: Anamatra

FST marca ato do movimento de resistência às reformas dia 27 em SP

A campanha nacional ‘Movimento Resistência - Por um Brasil Melhor’, coordenado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), realiza em São Paulo no dia 27 de outubro (sexta) mais um ato contra as reformas neoliberais do governo Temer. O protesto ocorrerá a partir das 10 horas, na praça Ramos de Azevedo (Teatro Municipal), região central da capital.

A manifestação foi definida nesta terça (10), em reunião na sede da Federação dos Trabalhadores na Alimentação do Estado de São Paulo (Fetiasp). O encontro reuniu cerca de 80 pessoas, entre representantes das Confederações que integram o FST, presidentes de Sindicatos e outras entidades de classe.

O coordenador do Fórum, Artur Bueno de Camargo, declarou que o ato é uma preparação da manifestação geral marcada para 10 de novembro, dia que antecede o início da vigência da reforma trabalhista.

“É fundamental agregarmos o maior número possível de entidades. Ou nos unimos ou vamos ser massacrados por esse presidente ilegítimo. Ao contrário do que pensa, Temer está fazendo com que o movimento sindical se unifique. Vamos ficar mais fortalecidos”, declarou.

Após o protesto do dia 27, haverá reunião na Fetiasp para a criação de um núcleo com dirigentes para avaliação do ato e continuidade ao trabalho.

Assinaturas - Além das manifestações contra as reformas implementadas pelo governo federal, o Movimento Resistência organiza um abaixo-assinado para colher 1 milhão de assinaturas a um projeto de iniciativa popular para revogar a reforma trabalhista.

“Quero dizer que não fomos derrotados na reforma, porque não jogamos no campo que o Michel Temer jogou, que é o campo da corrupção. Jogamos no campo democrático. No campo da discussão. Queríamos discutir uma reforma que realmente atendesse ao País. Não fomos derrotados. O que houve foi uma compra de votos”, declarou Artur.

Unidade - Os representantes das Confederações demonstraram união em prol da classe trabalhadora durante os debates da reunião.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), Oswaldo Augusto de Barros, o momento é de buscar soluções.

A vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), Mônica Veloso, disse que a entidade está mobilizando os trabalhadores da base contra as reformas em todo o País. “É hora de sensibilizar a juventude e as mulheres que serão os maiores prejudicados”, enfatiza.

O diretor da Confederação dos Servidores Públicos Municipais (CSPM), Araken Lunardi, parabenizou o Movimento de Resistência. “É uma ótima iniciativa. Temos que mostrar que existe sim resistência contra essas reformas impostas por Temer. Vamos obter cinco milhões de assinaturas”, pontuou.

Fonte: Agência Sindical



Pesquisa diz que 36% dos brasileiros com mais de 50 anos ainda trabalham

Pesquisa sobre o perfil de pessoas com 50 anos ou mais indica que 36% estão presentes no mercado de trabalho. Desses, 36% trabalham por conta própria, 32% são empregados do setor privado, 15% são funcionários públicos, 9% são domésticos e 8% empregadores. Os dados foram apresentados nesta terça-feira (10), em São Paulo, pelo Instituto Locomotiva.

Segundo o levantamento, 36% têm sua renda vinda da aposentadoria e 51% dependem da renda do trabalho. Entre os que estão no mercado de trabalho, 35% têm medo do desemprego.

“No momento em que se discute a mudança da aposentadoria, que os governantes se preocupem com a empregabilidade das pessoas com 50 anos ou mais. Do contrário, parece que eles são culpados pela situação ruim que vivemos atualmente”, disse Renato Meirelles, presidente do instituto.



Apesar de atuantes no mundo corporativo, 81% acreditam existir preconceito contra os mais velhos. Entre os entrevistados, 65% responderam que trabalham mais que 30 horas semanais e 55% acreditam que trabalham numa intensidade igual ou maior do que anos atrás.

Na vida pessoal, 61% acreditam que a vida hoje está melhor do que há 10 anos e 69% avaliam o Brasil como ótimo lugar para se viver. Além disso, 47% viajam igual ou mais que há 10 anos.

Saúde preocupa 70% - Entre o público na faixa etária acima de 50 anos, um quarto tem plano de saúde. O estudo mostra ainda que 70% estão mais preocupados com a saúde atualmente do que há 10 anos, 34% têm medo de ficar doente e 26% admitem medo de morrer.

As pessoas com 50 anos ou mais movimentam R\$ 1,6 trilhão por ano. “É o principal mercado consumidor do nosso país, que vai comprar móveis, notebook, tablet, fazer viagens nacionais e que não se enxerga nas propagandas”, disse Meirelles. A pesquisa aponta que 75% do público nessa faixa etária não se identificam com jovens vistos em propagandas de televisão e que 78% dos atores e figurantes têm menos de 50 anos de idade.

A maioria (59%), acredita que paga muitos impostos e 79% avaliam que os impostos são muito mais altos do que deveriam ser. Além disso, 77% preferem ter melhores serviços do que pagar menos impostos.

Mundo digital muda a vida para melhor - A internet mudou para melhor a vida de 87% dos internautas com 50 anos ou mais. Nos

últimos oito anos, o Brasil ganhou mais de 4 milhões de usuários nessa faixa etária.

Participar de redes sociais é a maior preferência desse público, com 98% de acessos ao Facebook e 40% ao Whatsapp. O smartphone é preferência de 20% dos mais velhos.

Fonte: Agência Brasil

Ministério do Trabalho terá manual de boas práticas em conciliação trabalhista

O Ministério do Trabalho irá elaborar um manual de orientação sobre como devem ser conduzidas as mediações de conflito entre trabalhadores e empregadores no Brasil, sindicalizados ou não. O documento será distribuído às superintendências de todos os estados brasileiros e se chamará Manual de Boas Práticas em Conciliação Trabalhista.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, reuniu-se nesta terça-feira (10) com a Assessoria Técnica do Ministério para tratar do tema. “Queremos estabelecer normas para que a atuação do Ministério do Trabalho nas situações de mediação seja a melhor possível. E vamos trabalhar para que ela seja uniforme em todo o país”, disse o ministro.

Para orientar as superintendências será realizado um seminário nos dias 23 e 24 de novembro. O local ainda será definido.

Fonte: MTb

MPF disponibiliza peticionamento eletrônico para cidadão e advogados

Agora o cidadão poderá solicitar informações sobre procedimentos em andamento, assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) ou encaminhar documentação ao MPF por meio do sistema de peticionamento eletrônico. Para isso é preciso acessar o Portal do peticionamento eletrônico (<https://apps.mpf.mp.br/spe>), preencher um cadastro e depois comparecer à instituição para entregar os documentos pessoais solicitados e receber, por e-mail, a senha para acessar o sistema online.

Depois desse contato inicial não será mais preciso enviar um documento físico via correio ou comparecer presencialmente ao protocolo de uma unidade do MPF, pois o envio de seu documento será no formato eletrônico, bastando para isso a indicação do número do procedimento em que deseja peticionar.

O serviço visa receber requerimentos, respostas, recursos e outras demandas que sejam vinculadas a um procedimento específico, seja da área administrativa ou seja da área extrajudicial.

O cidadão ganha agilidade e maior transparência no acompanhamento do seu documento, uma vez que poderá fazer isso por meio do portal. Além disso, o cidadão poderá assinar eletronicamente os documentos que enviar ao MPF.

Essa é mais uma iniciativa do MPF para trabalhar de forma digital visando reduzir gastos e dar maior celeridade no trâmite dos seus procedimentos.

Fonte: Jusbrasil



A Diretoria da CONTRICOM cumprimenta o suplente da Secretaria para Assuntos do Trabalho e Previdência Social da entidade, dirigente sindical Tiago Nunes da Cunha Filho, do Rio de Janeiro, pela passagem de seu aniversário, no último dia 8 de outubro, desejando-lhe muitas felicidades, saúde e realizações.

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)